

O PARTIDO COMUNISTA NAS LENTES DO DOPS

Elton Flor da Silva¹

RESUMO:

Pernambuco desde meados da década de 1930 figurou como espaço de significativos embates entre Estado e Partido Comunista. Neste sentido, a pesquisa em curso tem como objetivo discorrer sobre a importância da análise da produção e difusão de imagens pelo DOPS no estado de Pernambuco tendo como foco a desestruturação do Partido Comunista no ano de 1956. Desse modo pretende-se verificar a relevância da iconografia como fonte documental para a construção de mecanismos de controle social e para a construção/desconstrução de discursos e estratégias policiais, baseando-se numa análise comparativa com fontes escritas, textuais, impressas, como periódicos, jornais e transcrições de entrevistas orais que possam contribuir para a compreensão das representações construídas sobre o Partido Comunista no estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Fotografia, Partido Comunista, Repressão.

ABSTRACT:

Pernambuco since the mid- 1930s featured as significant clashes space between the state and the Communist Party. In this sense, the ongoing research aims to discuss the importance of analyzing the production and dissemination of images by DOPS in Pernambuco state focusing on the disintegration of the Communist Party in the year 1956. In this way it is intended to verify the relevance of iconography as a documentary source for building social control mechanisms and the construction / deconstruction of discourses and police strategies , based on a comparative analysis with written , textual , printed sources such as periodicals, newspapers and transcripts of oral interviews that can contribute for understanding the representations constructed on the Communist Party in the state of Pernambuco.

Keywords: Photography , Communist Party, Repression.

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História – UFRPE / Design Gráfico – IFPE e Mestrando em História Social da Cultura Regional – UFRPE.

INTRODUÇÃO

O período da chamada redemocratização no Brasil, que abrange o tempo histórico de 1946 a 1964, geralmente é utilizado como contraponto entre as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil Militar, procurando-se estabelecer padrões dicotômicos entre as relações de poder democráticas e as autoritárias vivenciadas no país. Torna-se um engodo creditar ao período da redemocratização à existência de uma real democracia no Brasil. A vasta documentação do período, ainda pouco explorada, permite redimensionar os parâmetros comparativos a partir de outro olhar, agora direcionado à composição do discurso repressor do Estado, com a utilização de fontes iconográficas que contribuem sobremaneira para revelar o que ainda se encontra pouco esclarecido sobre o período.

Na década de 1950, inserido no contexto da Guerra Fria, o Brasil atravessaria um momento de instabilidade política após a morte do presidente Getúlio Vargas. Seu vice Café Filho assumiu a presidência. Este permaneceu até 08 de Novembro de 1955 quando, por problemas de saúde, teve que se ausentar do cargo. No mesmo dia, assumiu o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Coimbra da Luz. Um dia após a posse, ocorreu um desentendimento entre Carlos Coimbra da Luz e o então Ministro da Guerra o General Henrique Teixeira Lott. Desconfiando que Carlos Luz não permitisse a posse do novo presidente, Lott dá um Golpe de Estado, em 11 de novembro do mesmo ano. Após recuperação, Café Filho é impedido de retornar ao seu posto em virtude da oposição da Câmara dos Deputados e, no decorrer dos fatos, o Congresso decreta Estado de Sítio por sessenta dias.

Paralelo a isso Segundo Sader (1990, p. 10), foi no início dessa década o momento de maior inserção do capital americano no país; este capital trouxe consequentemente a pressão política americana. Para o Partido Comunista, a inserção do capital estrangeiro, em particular o americano, e sua maior interferência no cenário político do país não poderia trazer consigo bons momentos para o futuro do comunismo. Deste modo, o Partido busca fortalecer suas bases políticas a fim de se proteger contra a investida de seus opositores sócio-políticos.

Nessa conjuntura, Pernambuco também atravessava uma fase que refletia essa instabilidade política, bem como, as inseguranças e tensões sociais que o momento propiciava. Logo para o PCB, unir a classe trabalhadora em sua totalidade sob sua liderança daria maior solidez ao bloco oposicionista. Desse modo, vale salientar a vitória de Pelópidas

Silveira para prefeito da cidade do Recife em 1955, com o apoio maciço dos comunistas. Segundo Brayner (1989), essa frente veio marcar a história do Partido Comunista com a quebra do isolamento político e uma das primeiras vitórias oposicionistas. A partir dela formou-se uma aliança das esquerdas com setores insatisfeitos do empresariado local, e seu intuito era ampliar a influência comunista no âmbito social e político do estado de Pernambuco. A partir dela, personagens atuantes do partido se inseriram em projetos assistencialistas, movimentos sociais e associações de bairro. Este fato, para o autor, facilitaria a ação policial deflagrada em janeiro de 1956.

A QUEDA DO COMITÊ REGIONAL

Desde as eleições de 1945 e 1947 o PCB demonstrou ser uma força política no estado de Pernambuco. Seu potencial político nas urnas deveria ser levado em consideração, independente de seu estado de ilegalidade. Segundo Antônio Lavareda (1986, p.117), no período legal os votos obtidos pelo Partido Comunista nas eleições presidenciais e estaduais ocorridas em 1945, somaram no Recife 40% do total. Esta expressividade nas urnas conscientizou os opositores comunistas da importância de recrutar esta parcela tão significativa de votos, que, com plena certeza, faria diferença entre a derrota e a vitória nos períodos eleitorais posteriores. Um momento em que foi posta em prática esta possibilidade foi o Congresso de Salvação do Nordeste, que ocorreu em agosto de 1955, e serviu como espaço de contato e diálogo das forças políticas pernambucanas. Naquela ocasião, se consolidaria a Frente do Recife, que levaria Pelópidas Silveira à prefeitura do Recife com o apoio comunista.

Diante da expansão da influência comunista e de sua significativa participação no cotidiano do cidadão pernambucano, as forças do Estado buscariam uma forma de frear esse crescimento, e usaria a máquina repressora como forma de cercear as esperanças de concretização das aspirações comunistas no estado, respaldado pela Lei de Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social – Lei 1802/53. Esta lei propiciaria ao corpo policial agir com energia contra todo e qualquer elemento que pudesse ser enquadrado como comunista. Ser comunista é sinônimo de subversão da ordem, de uma ordem que subtraia a liberdade política do sujeito.

A identificação de Ivo Valença se dá por uma intensificação das ações policiais na tentativa de frear a expansão comunista anunciada por informantes ligados à polícia. Isto fica

evidente no trecho do relatório da Delegacia Auxiliar, produzido pelo então delegado de polícia Álvaro Gonçalves da Costa Lima, onde consta que:

A dois meses, aproximadamente essa delegacia por seu serviço reservado foi informada que as atividades comunistas em nosso Estado estavam recrudescendo e que para essa capital teriam sido enviados agentes pertencentes a direção suprema do Partido Comunista do Brasil, ou seja o “Comitê Nacional”. Foi possível saber-se apenas um nome: o de um certo “Ney” que, certamente, seria um pseudônimo visto como a tática comunista determina que todo militante deve, obrigatoriamente, mudar seu nome por outro, para evitar sua identificação.²

O trecho do relatório nos revela aspectos de intensificação do monitoramento policial a fim de obter êxito na provável identificação e captura de um membro do Comitê Central. O relatório produzido pela polícia indicava inicialmente que essa sentia a necessidade de desarticular a estrutura comunista na sua cúpula. Outro ponto é o nível de informação que circulava; o serviço reservado obtinha informes que provavelmente estavam restritos a uma pequena parcela do Partido Comunista no estado. Existem aí duas possibilidades, pessoas infiltradas fornecendo informações privilegiadas, policiais ou civis, e a segunda, seria a articulação e a conseqüente troca de informações entre as polícias dos vários estados do país. Infelizmente, o relatório não deixa claro qual dessas hipóteses seria a mais correta ou se houve uma junção das duas possibilidades. Nesse caso, há a intensificação do controle da informação e da vigilância sobre o corpo social.

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 1997, p. 194).

Ivo Valença foi, portanto, identificado por ter contato com outras pessoas que estavam sendo investigadas pela polícia no conjunto de ações que buscavam intensificar o monitoramento e a repressão ao comunismo a fim de evitar a expansão de suas atividades no estado. Esta nova postura policial é resultante do aumento significativo das atividades ligadas ao Partido. Por sua vez, este maior acúmulo de atividades gerou a exposição dos militantes comunistas atuantes. Entretanto, a investigação para a polícia era um procedimento primordial

² Relatório do Delegado Auxiliar Álvaro Gonçalves da Costa Lima, p.223, cx. 2000. Nº 1.546. Lei de Segurança Nacional, Queda do Partido Comunista - Memorial da Justiça de Pernambuco.

em sua práxis cotidiana e era de elementar importância para seu fim, à repressão ao comunismo. A maior exposição dos militantes facilitaria este procedimento, que estava estruturado da seguinte forma:

A INVESTIGAÇÃO – Corresponde ao procedimento usando quando se apresentava a necessidade de averiguar, diagnosticar a atividade de alguma entidade ou pessoa física. Constitui-se o primeiro passo que irá caracterizar ou não o comportamento suspeito de pessoas, igrejas, empresas, sindicatos, etc... no conjunto de documentos gerados por essa prática eminentemente vigilante, estão enquadrados os prontuários ou pastas de sindicâncias de pessoas físicas ou de entidades, prontuários históricos de pessoas, estados ou países. O tipo documental produzido nessa etapa investigatória são: pedidos de busca, as informações, rádio, telex, telegrama, radiograma. (SILVA, 1996, p.79).

No dia 10 de dezembro de 1955, a delegacia de polícia já tinha um prontuário aberto com descrição das movimentações de Ivo Carneiro Valença. De acordo com o relatório anteriormente descrito, aproximadamente desde Novembro de 1956, o Ivo Valença tinha seus passos monitorados, pelo menos em alguns momentos de seu dia-a-dia. No relatório, atribuído ao Comitê Regional publicado no Jornal Pequeno, existia um vigia na casa onde funcionava o Comitê Regional e este notou um veículo que fazia campana em frente ao imóvel da Rua 17 de agosto no bairro de Casa Forte. Neste momento, nosso militante já se encontrava inserido na etapa que antecede e fundamenta repressão, investigação. Naquele exato momento a polícia já o tinha como suspeito, assim sendo:

Constatada a atividade “subversiva” ou procedimento suspeito, eram abertos prontuários individuais que reuniam documentos referentes ao universo sócio-político-ideológico do indivíduo, onde de acordo com sua qualificação criminal era dado acompanhamento permanente ao mesmo, sendo dessa forma acumulados documentos variados referentes à trajetória criminal do acusado. (SILVA, 1996, p. 93).

Segundo descreve o processo, a ação foi deflagrada após longa investigação policial numa residência localizada na Rua 17 de Agosto, nº 428 bairro de Casa Forte, Recife. Durante a investida, a polícia constatou que se tratava do Comitê Regional do Partido Comunista de Pernambuco, onde também funcionava a Escola de Capacitação Política. Nesta localidade, foram encontradas provas que enquadravam quatro indivíduos na Lei Segurança Nacional. Eram eles: Ivo Carneiro Valença, também conhecido como Ivo Valença, Hugo Ferreira, que

se tratava na verdade de Fragmom Carlos Borges,³ Aristides Ferreira Alves e Antonio Pereira da Silva. Durante a diligência, ainda segundo relatos contidos no processo e jornais da época⁴, foram encontradas bibliografias, faixas, material de propaganda, munições, inclusive granadas. Todo o discurso processual está fundamentado em provas anexas a esta ação judicial, são elas: livros de bolso, manuscritos, documentos do Partido Comunista, autobiografias e fotografias.

AS LENTES DO DOPS

Segundo Kossoy (2000, p. 21), a “fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, “testemunho da verdade” do fato ou dos fatos”. Logo, após a prisão desses quatro militantes do Partido Comunista seguiu-se os tramites judiciais. A partir do material apreendido na ação a polícia selecionou um conjunto de livros de bolso, produziu fotografias do material apreendido e da estrutura, ou seja, da casa onde funcionava o aparelho comunista, nesse caso, o Comitê Regional e a Escola de Capacitação Política do Partido Comunista, anexou relatórios e enviou a justiça que por sua vez daria a sentença aos indiciados.

Nesse momento, a polícia aparentemente já tinha noção da importância da fotografia, pois selecionou de um conjunto de fotografias que entrariam no processo, além de livros, documentos e relatórios. A parcela inserida no processo do conjunto fotográfico produzido pela polícia serviria para fundamentar o discurso da repressão e outorgar, segundo Foucault (1986), a ação da “Justiça Punitiva”. Desse modo, buscaremos assim analisar os referenciais iconográficos que deram suporte à construção de novas realidades através dessas imagens (KOSSOY, 2000), e de suas representações produzidas pelas forças de repressão do Estado.

A partir dos fatos percebe-se que a manipulação dos elementos na produção fotográfica demonstra a intencionalidade dos agentes que as produziram e os fins para que elas foram direcionadas. Segundo Kossoy (2000, p.20), “tal manipulação tem sido possível justamente em função da mencionada credibilidade que as imagens têm junto à massa, para quem, seus conteúdos são aceitos e assimilados como a expressão da verdade.”

³ Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18. Programa de História Oral. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.

⁴ **Jornal Pequeno** - Desmantelado pela polícia civil o Comitê Regional do Partido Comunista, 07/01/1956. Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.



Figura 1 – Vista externa do local onde foi deflagrada a ação da polícia – “Fachada do prédio 428 onde estava instalado o Comitê Regional do Partido Comunista”. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956⁵.

Tomando como ponto de partida o processo de composição fotográfica que revela as intensões do fotógrafo, pode-se verificar na figura 1 que o enquadramento do prédio é feito de um ângulo que parte de uma base próxima ao chão. Provavelmente, o fotógrafo abaixou-se na intenção de dar um ar grandioso ao prédio, fazendo com que ele parecesse maior do que realmente era. Observe que este efeito é obtido devido às linhas do telhado do prédio, as referências de sua altura convergem para a extremidade superior da fotografia. Os olhos do espectador são levados para o centro branco ornado por duas janelas em tom escuro.

O que se pode verificar observando atentamente essa fotografia a partir de um olhar crítico é que “a imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas” (PAIVA, 2002, p. 19). A imagem como documento tem muito a falar, e sendo assim, seguiremos as diretrizes lançadas por Roland Barthes quando afirma que:

Assim o detalhe que me interessa não é, ou pelo menos não é rigorosamente, intencional, e provavelmente não é preciso que o seja; ele se encontra no campo da coisa fotografada como um suplemento ao mesmo tempo inevitável e gracioso; ele diz apenas ou que o fotógrafo se encontrava lá, ou, de maneira mais simplista ainda, que ele não podia não fotografar o objeto parcial ao mesmo tempo que o objeto total (com Kertész poderia ter “separado” o chão do rabequista que sobre ele anda?) (BARTHES, 1984, p. 76).

⁵ Ver Prontuário Funcional 1574. Acervo DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Neles estão contidas outras imagens relacionadas e que não foram inseridas no processo.

O que Roland Barthes assevera é que a fotografia tem um discurso próprio que muitas vezes foge à intencionalidade, ou mesmo que a própria ação do fotógrafo no seu ato traz consigo elementos não planejados e devemos estar atentos a estas particularidades. E assim prosseguiremos, buscando elementos que fujam do planejamento do fotográfico e das intencionalidades policialescas.

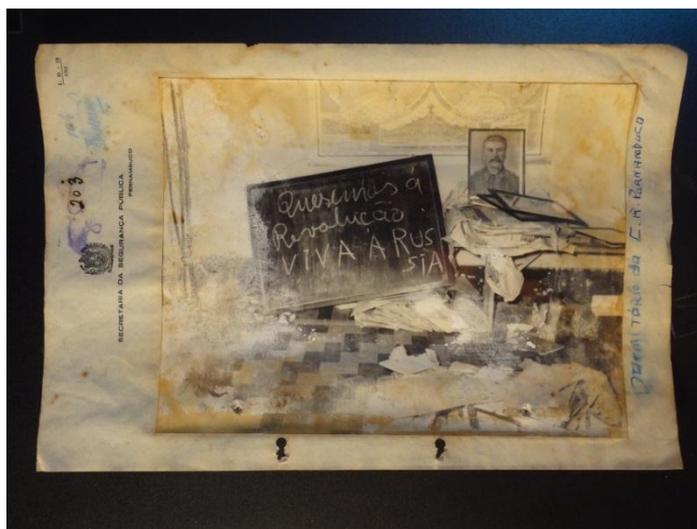


Figura 2 – Material apreendido pela polícia – “Dormitório do C. R. Pernambuco”. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956.

De modo geral, a Figura 2 revela um ambiente coberto por materiais diversos, documentos espalhados por todos os lados, um ambiente desorganizado; não se pode esquecer é que este, segundo a própria legenda informa, é o dormitório do Comitê Regional: se ele se encontrava dessa forma antes, a imagem não diz. Porém, aspectos desta imagem chamam a atenção. Dentro do contexto da Guerra Fria e com o Brasil em estado de sítio, percebe-se que a intenção do fotógrafo era expor o quadro negro com os dizeres “queremos a revolução viva a Rússia” na parte central da imagem logo ao lado de uma moldura com fotografia de Josef Stalin. Isto reforça o discurso de que a intenção do partido ilegal seria tomar o país através da revolução.

No entanto, outros elementos da figura 2 chamam a atenção. Mesmo que a legenda abaixo da imagem, escrita em azul no substrato onde se encontra fixada a fotografia, diga se tratar do dormitório do Comitê Regional, esta informação é questionável. Se analisarmos com maior atenção, veremos que o que está abaixo do quadro negro são páginas de jornal, e estas se encontram encostadas na parede. Dado o tamanho de uma página de jornal dobrada, podemos afirmar que da parede até a extremidade do elemento que acomoda os papéis e o

quadro de Stalin não poderia ser uma cama, pois mesmo em se tratando de uma cama de solteiro, esta não seria da largura de uma página de jornal fechada. Percebe-se a intencionalidade das imagens em demonstrar a estrutura do local.



Figura 3 - Material apreendido pela polícia - “Exposição das munições apreendidas no automóvel dirigido por Ivo Valença”.

Fonte: Memorial da Justiça. Nº 1.546. Janeiro de 1956

A figura 3 retrata o arsenal apreendido pela polícia no veículo de Ivo Valença no bairro de Campo Grande, durante a diligência policial. Buscando enquadrar Ivo Valença e Hugo Ferreira em outro crime, além do já citado crime político. Assim, dentre as fotografias produzidas selecionaram a figura 3 a qual entraria no processo. No trecho a seguir, o Delegado Álvaro da Costa Lima relata:

Acresce que aos indiciados Ivo Valença e Hugo Ferreira infringiram, também, o artigo 16 da Lei 1802, eis que tinham sob sua guarda engenhos explosivos e munições de guerra, tais como granadas, quantidade de balas de fuzil, idem de arma automática, calibre 45 milímetros, além de espoletas para granadas, petardos e dois instrumentos ainda não identificados. A que fim se destinaria esse armamento bélico? Somente esses indiciados poderão responder.⁶

Este trecho do relatório deixa transparecer a função da já citada fotografia, que é a de reforçar visualmente o discurso escrito. Segundo Eduardo França Paiva, devemos indagar também a imagem, cientes das “necessidades e dos projetos de seus usuários. Além disso, temos que nos perguntar sobre os silêncios, as ausências e os vazios, que sempre compõem o

⁶ Relatório da Delegacia Auxiliar p. 241, cx. 2000, Nº 1.546. Lei de Segurança Nacional. Queda do Partido Comunista - Memorial da Justiça de Pernambuco.

conjunto e que nem sempre são facilmente detectáveis”(PAIVA, 2002, p. 18). Seguindo esta linha de análise, um primeiro aspecto a ser analisado é que, diferente da desorganização do primeiro ambiente interno apresentado na Figura 2, o que se vê são os materiais bélicos organizados em linha. Apresentados desta forma passam a ideia mais clara do quantitativo. Esta disposição dos elementos apresentando o material retirado de circulação vem reforçar o discurso do serviço prestado, o grau de periculosidade dos indivíduos indiciados e de seu partido. Porém, a imagem tem limitações e segundo Mercedes Vilanova as “fontes orais são diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis” (VILANOVA, 1994, p.46). E o próprio Ivo Valença afirma: “Colocaram no meu carro umas granadas velhas em um saco, e um material bélico superado. A própria análise feita no Exército, concluiu que não servia nem para comemorar o São João. Colocaram no intuito de nos incriminar. Foi meu batismo de fogo.”⁷ Na figura 3, o fotógrafo omite o piso, diferentemente das figuras 1 e 2. Porém, revela um móvel com características cromáticas escurecidas semelhantes à cor das janelas da residência da figura 1 e semelhante às bordas do quadro negro da figura 2.



Figura 4 – Material apreendido pela polícia - “Demonstração de parte do material apreendido”. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956.

Na figura 4, chama à atenção a legenda contida na base do documento onde se encontra fixada a fotografia. Escrita manualmente em azul diz: “demonstração de parte do material apreendido”. Se observarmos com um pouco mais de atenção, podemos verificar a presença de uma imagem recorrente na figura 2: a moldura com a imagem de Josef Stalin,

⁷ Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18. Programa de História Oral. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.

seguida de mais três, identificadas como: Vladimir Lenin, Karl Marx e Friedrich Engels. Se observarmos com maior cautela, verifica-se que na figura 2 existem próximas à moldura com a imagem de Stalin, mais três descansando sobre o que viria a ser um banco, com características semelhantes e resultando no somatório de quatro molduras, a mesma quantidade apresentada na figura 4. A recorrência de material demonstra como a ideia de montante é potencializada através da transferência de materiais de um ambiente para outro, reforçando a legenda de que cada espaço tem uma quantidade de material independente dos outros.

Dado que as cores das paredes dos ambientes das figuras 2,3 e 4 e a fachada do prédio da figura 1 são brancas, assim como a recorrência na figura 2 de móvel em tonalidade escura semelhante à cor das janelas da figura 1, estas características podem levar o espectador a acreditar que se tratava do mesmo ambiente. Porém, o detalhe da janela da figura 4 não condiz com o formato da figura 1, demonstrando assim não se tratar do mesmo local. Além disto, é pouco provável que a bandeira do partido comunista estampada na janela estivesse naquele local dada à situação em que se encontrava o partido comunista que agia na ilegalidade. O que se pode constatar também da figura 2 a 4 é que a ordem e a desordem dos elementos dispostos atendem a necessidades pertinentes a um discurso. Fica mais claro também, se relacionarmos a questão do material apreendido com a análise feita da figura 1, onde a intenção era potencializar a estrutura para fundamentar a punição em face do alto risco que aquela estrutura apresentava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfecho desse processo e todo teatro policialesco levariam os réus Ivo Carneiro Valença e Fragmon Carlos Borges a uma pena de seis anos e meio de prisão. No entanto, após recorrer ao Supremo Tribunal Federal Militar essa pena viria a ser reduzida para um ano e nove meses. Após esse período, Ivo Carneiro Valença foi libertado e voltou a atuar na vida política⁸.

Portanto, cientes de sua função social, através de suas lentes o DOPS e a Delegacia Auxiliar produziram todo um teatro fotográfico a fim de levar a cabo um discurso que enquadrava os réus no crime de subversão com agravante do uso de armas de fogo e

⁸ Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18. Programa de História Oral. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.

munições. E as fotografias, sejam elas individualmente ou em conjunto, fomentaram representações que serviram como fundamento para o enquadramento e ajuizamento dos envolvidos como culpados do crime político e cível, na figura de Ivo Carneiro Valença, Fragmon Carlos Borges, Aristides Ferreira Alves e Antonio Pereira da Silva. A imagem, neste caso, é utilizada como aparato da justiça punitiva segundo afirma Michel Foucault (1986, p. 21): “o juiz de nossos dias – magistrados ou jurados – faz outra coisa, bem diferente de julgar. E ele não julga mais sozinho. Ao longo do processo penal e da execução da pena, prolifera toda uma série de instâncias anexas.” Sendo assim, a imagem vem dar suporte a essas instâncias cerceando o direito de expressão política em função da manutenção de uma ordem estabelecida através do poder do Estado e de seus aparatos considerados legais. Se por um lado a imagem tem sido empregada de forma benéfica em serventia à sociedade, “por outro ela sempre se prestou e sempre se prestará aos mais diferentes e interesseiros usos dirigidos” (KOSSOY, 2000, p.19), neste caso, o ato de reprimir e punir o ser humano nem sempre surte o efeito desejado como a história bem comprova⁹. Entretanto, o que se pode fazer frente a tudo isso é analisar de forma crítica a imagem, a fim de não ser levado por suas intencionalidades, que nesse caso seria a materialização da prova do crime de subversão, do discurso que mostra o partido comunista e seus membros como o monstro a ser combatido. Sobre a produção de discursos Michel Foucault afirma que: “por mais que o discurso pareça bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2012, p. 9). Desse modo, verificando a existência de projetos repressores através do uso de fotografias obteremos o esclarecimento de aspectos relevantes para a desconstrução do discurso repressivo, dado que, a imagem, assim como outros documentos, está aberta, desde que seguramente fundamentada, a múltiplas interpretações.

⁹ Ver, RODRIGUES, F. Theodoro. **Os 16 deportados cearenses**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970** / Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 22. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1986.

SILVA, Marcília Gama da. **D.O.P.S e o Estado Novo os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996, Mestrado em história – UFPE – CFCH, 02 exemplares. Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. Estado. Ateliê Editorial, 2000.

LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (orgs.). **Poder e voto: luta política em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** / Emir Sader. – São Paulo: Atual, 1990.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.